CONASEMS

XII CONGRESSO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE PERNAMBUCO

REVITALIZAR O SUS: UMA NECESSIDADE ATUAL

CONASEMS

PROGRAMAÇÃO

SEMINÁRIO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO NO COTIDIANO DA GESTÃO MUNICIPAL

10.05.2022 / das 9h às 17h / Sala Rosa

GRAVATÁ
10 a 12 de maio 2022

Daniel Faleiros
Assessor Técnico
Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

NOSSO PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO COTIDIANO GESTÃO MUNICIPAL

- **9:00** Abertura - Ana Maria
- **9:15** 1. Financiamento geral - Daniel
- **9:45** 2. Planejamento geral - Daniel
- **10:30** 3. Análises dos PMS - Roberta
- **12:00** Almoço
- **14:00** Atividade
- **15:00** 4. Planejamento regional - Daniel
- **15:30** Atividade
- **16:00** 5. Utilização recursos federais FAF - Daniel

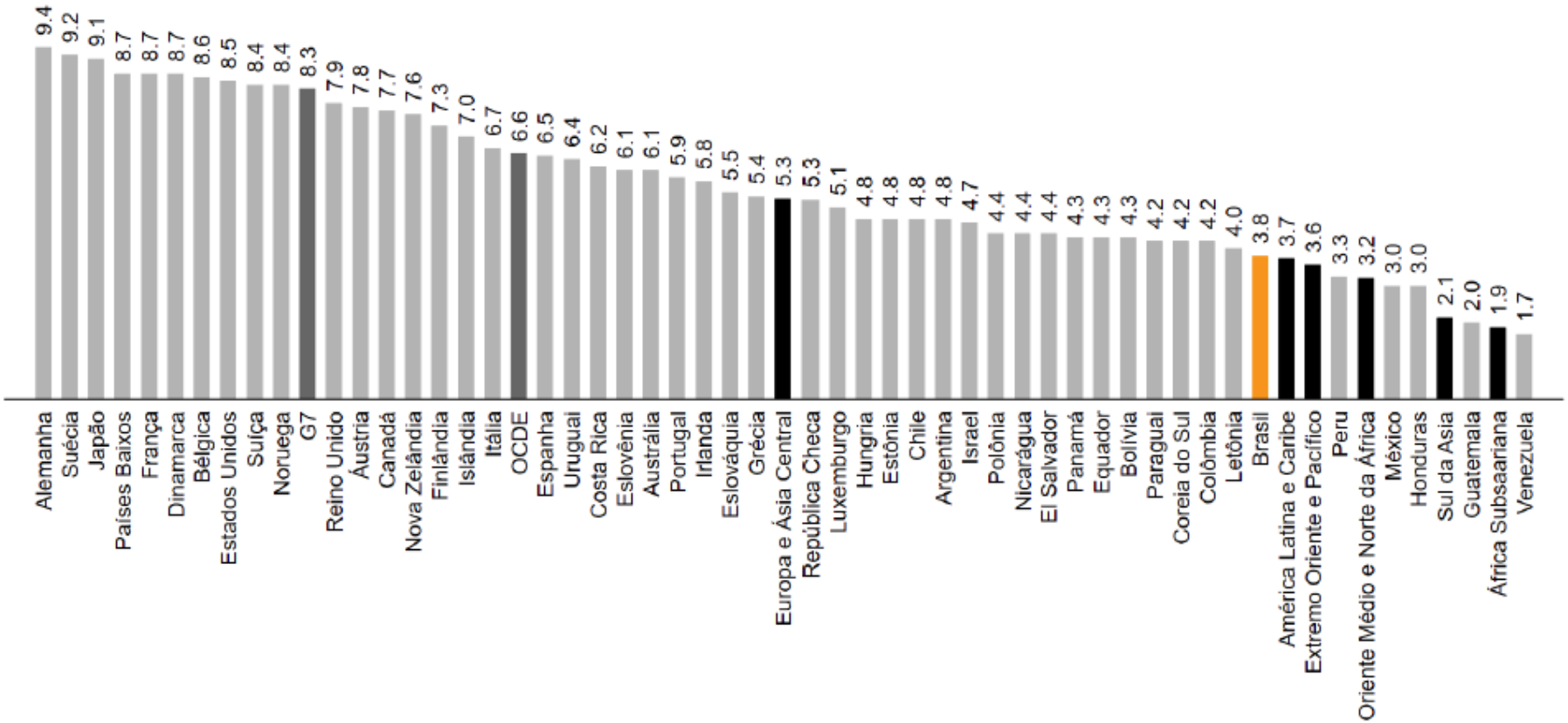
1. FINANCIAMENTO

CONASEMS

FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

Valores % gastos público em outros países



Fonte: Apresentação Armínio Fraga – Saúde Pública e Crise Fiscal – 4º Fórum de Debates - CONASEMS

FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

Valores % gastos privados e públicos

Ano	Gasto Privado	Gasto Público	Gasto Total Saúde
2010	4,4	3,6	8,0
2011	4,3	3,5	7,8
2012	4,5	3,4	7,9
2013	4,6	3,6	8,2
2014	4,9	3,7	8,7
2015	5,2	3,9	9,1
2016	5,3	4,0	9,3
2017	5,4	3,9	9,2
2018	5,7	3,8	9,5
2019	5,8	3,8	9,6

Fonte: IBGE, (Contas Satélites)

FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

Normas da base legal do mínimo a ser aplicado em ASPS

MUNICÍPIOS	ESTADOS
DESDE 2000	DESDE 2000
EC 29/2000	EC 29/2000
15% Transferências legais e constitucionais e impostos diretamente arrecadados	12% Transferências legais e constitucionais e impostos diretamente arrecadados

UNIÃO					
1988	2000-2015	2015-2016	2016-2021		2021-atual
Constituição Federal	EC 29/2000	EC 86/2015	EC 95/2016		EC 113/21
30% do Orçamento da Seguridade Social (OSS) menos o seguro-desemprego	Valor empenhado no ano anterior, acrescido da variação nominal do PIB	De 13,2% (2016) a 15% (2020) Receita Corrente Líquida (RCL)	15% RCL (2017)	Valor 2017 acrescido IPCA (de julho a junho)	Valor 2017 acrescido IPCA (de janeiro a dezembro)

FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde

NÃO SÃO
Ações e Serviços Públicos de Saúde

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 142
DE 13 DE JANEIRO DE 2012

Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

I - pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde;

II - pessoal ativo da área de saúde quando em atividade alheia à referida área;

III - assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal;

IV - merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS, ressalvando-se o disposto no inciso II do art. 3º;

V - saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade;

VI - limpeza urbana e remoção de resíduos;

VII - preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes da Federação ou por entidades não governamentais;

VIII - ações de assistência social;

IX - obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde; e

X - ASPS custeados com recursos distintos dos especificados na base de cálculo definido nesta Lei Complementar ou vinculados a fundos específicos distintos daqueles da saúde.

FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

Normas da base legal do mínimo a ser aplicado em ASPS

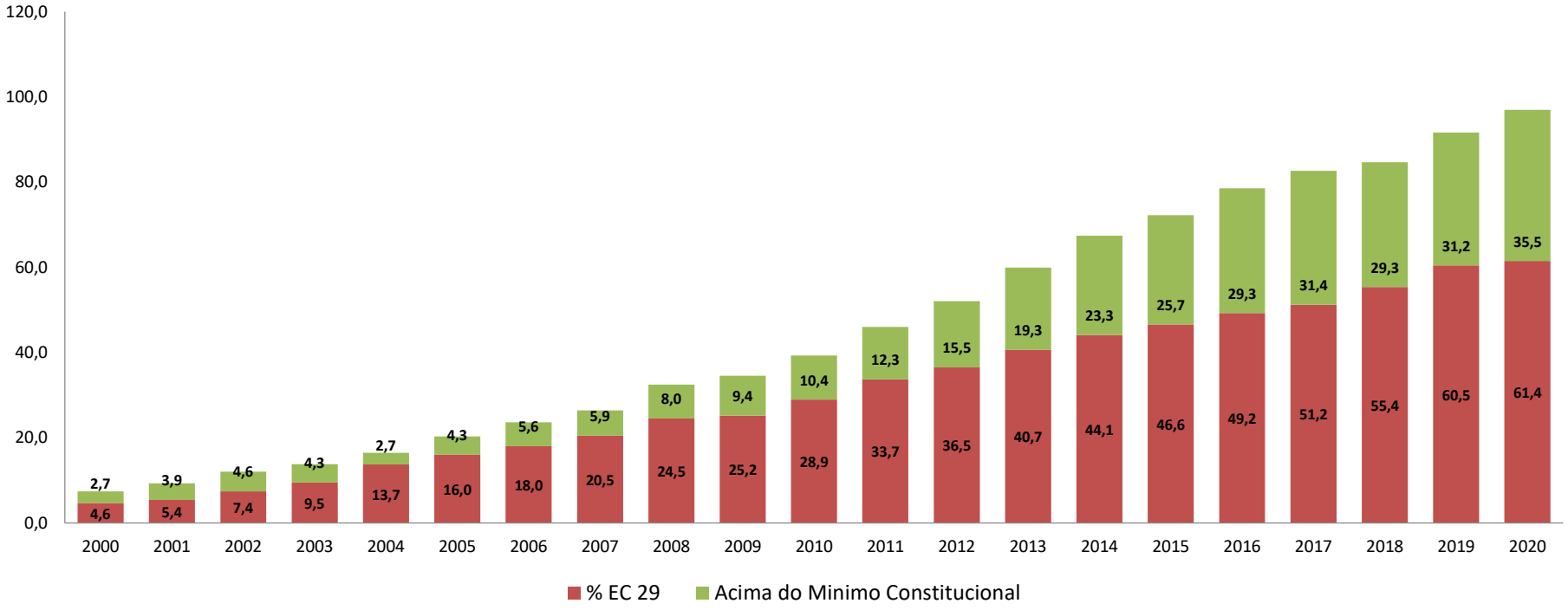
MUNICÍPIOS	ESTADOS
DESDE 2000	DESDE 2000
EC 29/2000	EC 29/2000
15% Transferências legais e constitucionais e impostos diretamente arrecadados	12% Transferências legais e constitucionais e impostos diretamente arrecadados

UNIÃO					
1988	2000-2015	2015-2016	2016-2021		2021-atual
Constituição Federal	EC 29/2000	EC 86/2015	EC 95/2016		EC 113/21
30% do Orçamento da Seguridade Social (OSS) menos o seguro-desemprego	Valor empenhado no ano anterior, acrescido da variação nominal do PIB	De 13,2% (2016) a 15% (2020) Receita Corrente Líquida (RCL)	15% RCL (2017)	Valor 2017 acrescido IPCA (de julho a junho)	Valor 2017 acrescido IPCA (de janeiro a dezembro)

FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

Municípios ASPS em Bilhões

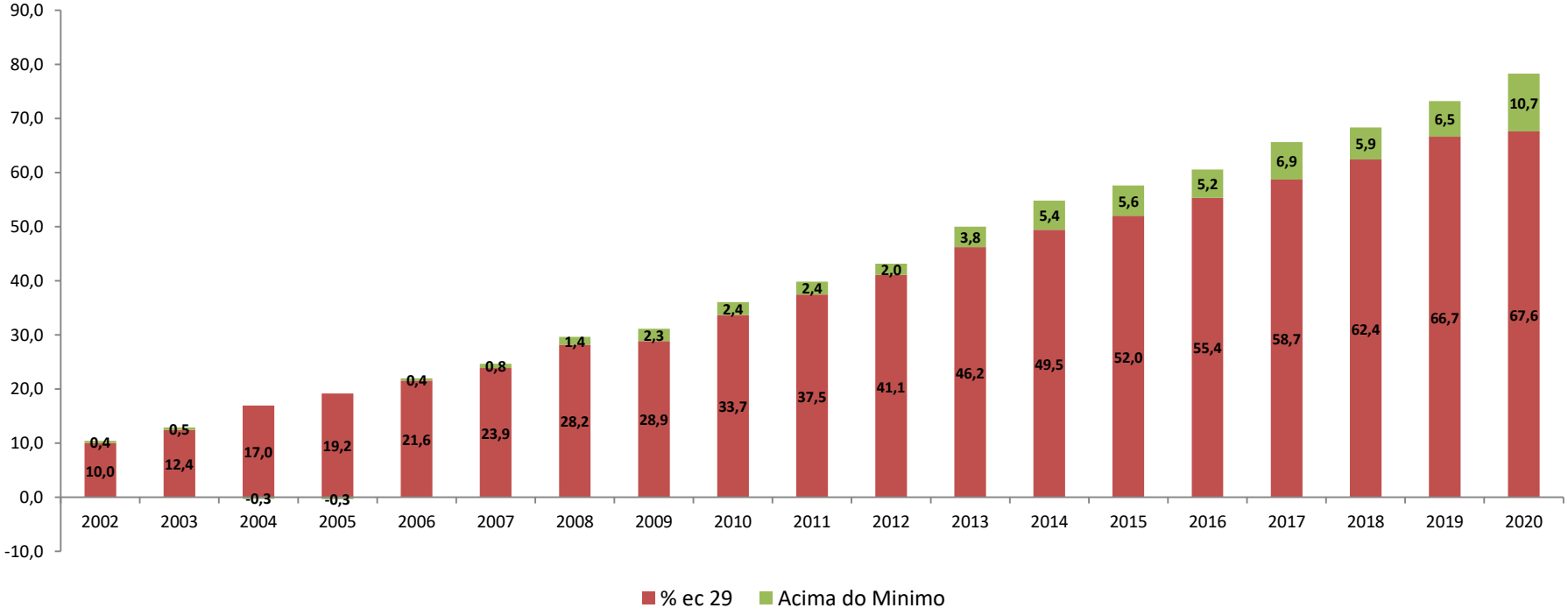


Fonte: SIOPS

FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

Estados ASPS em Bilhões

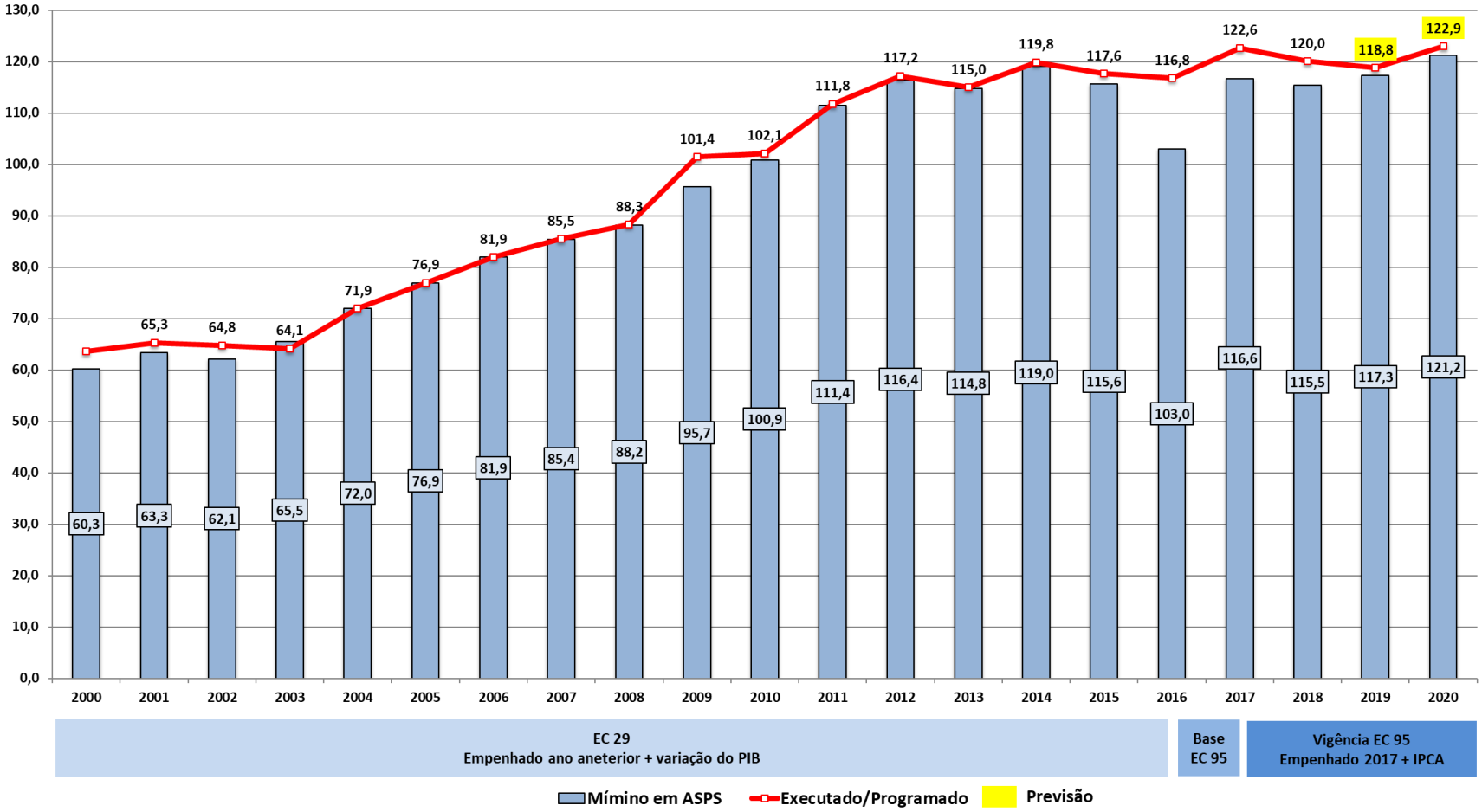


Fonte: SIOPS

FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

Gastos MINISTÉRIO DA SAÚDE com ASPS
Valores atualizados pelo IPCA para Nov/2019 em R$ Bilhões



Fonte: SIOPS e SPO Junho/2019

FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

Normas da base legal do mínimo a ser aplicado em ASPS

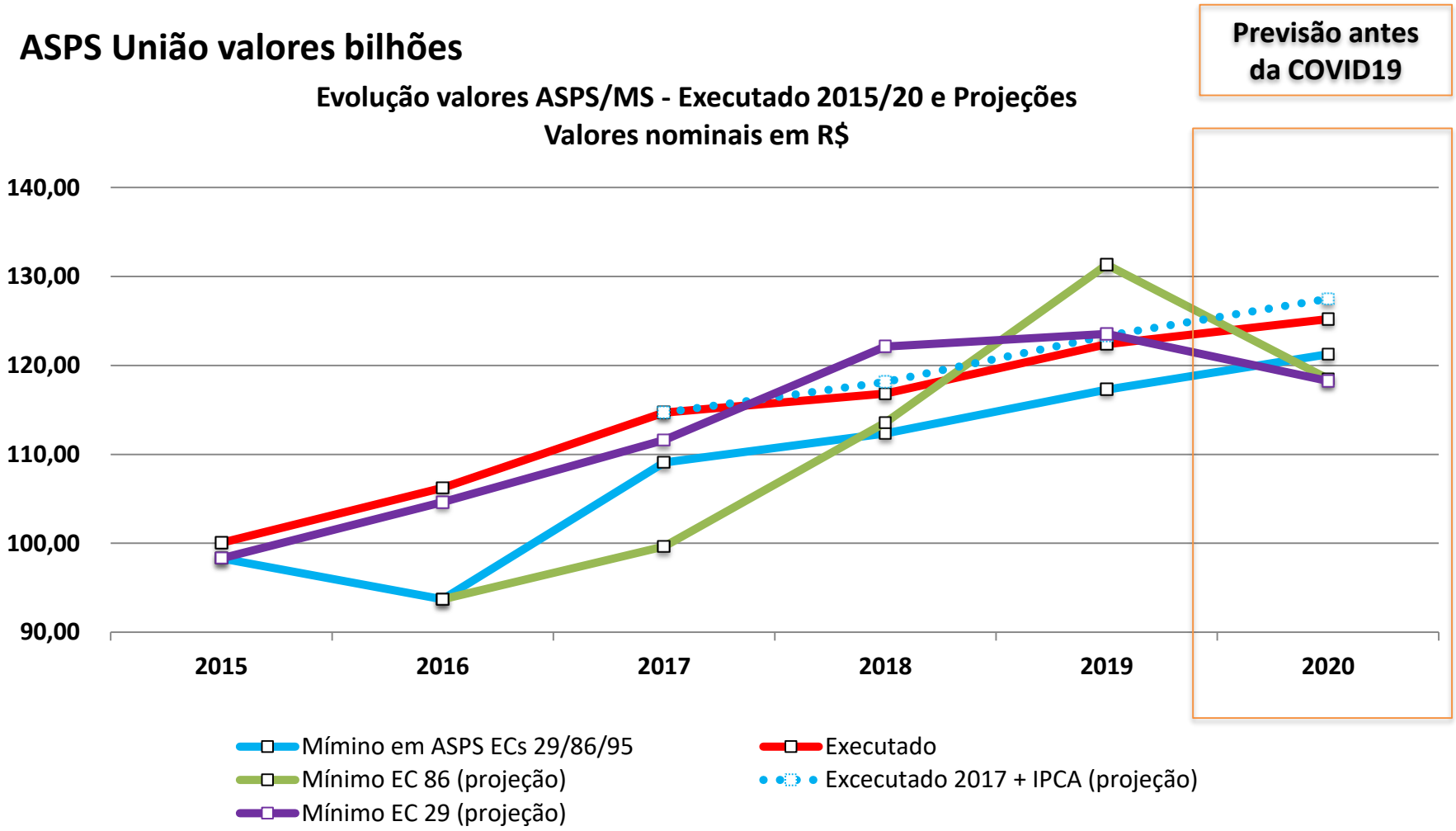
UNIÃO					
1988	**2000-2015**	**2015-2016**	**2016-2021**		**2021-atual**
Constituição Federal	**EC 29/2000**	**EC 86/2015**	**EC 95/2016**		**EC 113/21**
30% do Orçamento da Seguridade Social (OSS) menos o seguro-desemprego	Valor empenhado no ano anterior, acrescido da variação nominal do PIB	De 13,2% (2016) a 15% (2020) Receita Corrente Líquida (RCL)	15% RCL (2017)	Valor 2017 acrescido IPCA (de julho a junho)	Valor 2017 acrescido IPCA (de janeiro a dezembro)

FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

DESAFIOS

CONASEMS

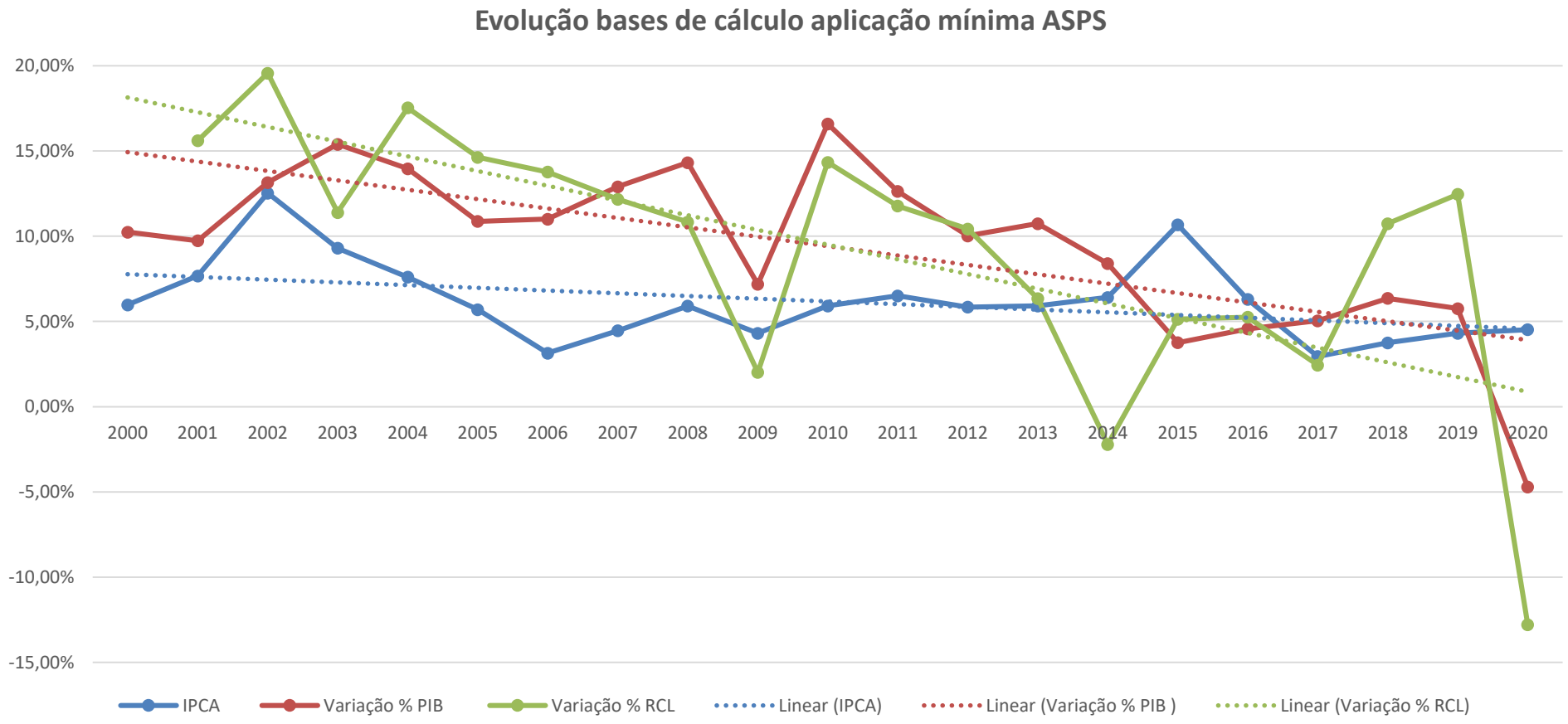
ASPS União valores bilhões



FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

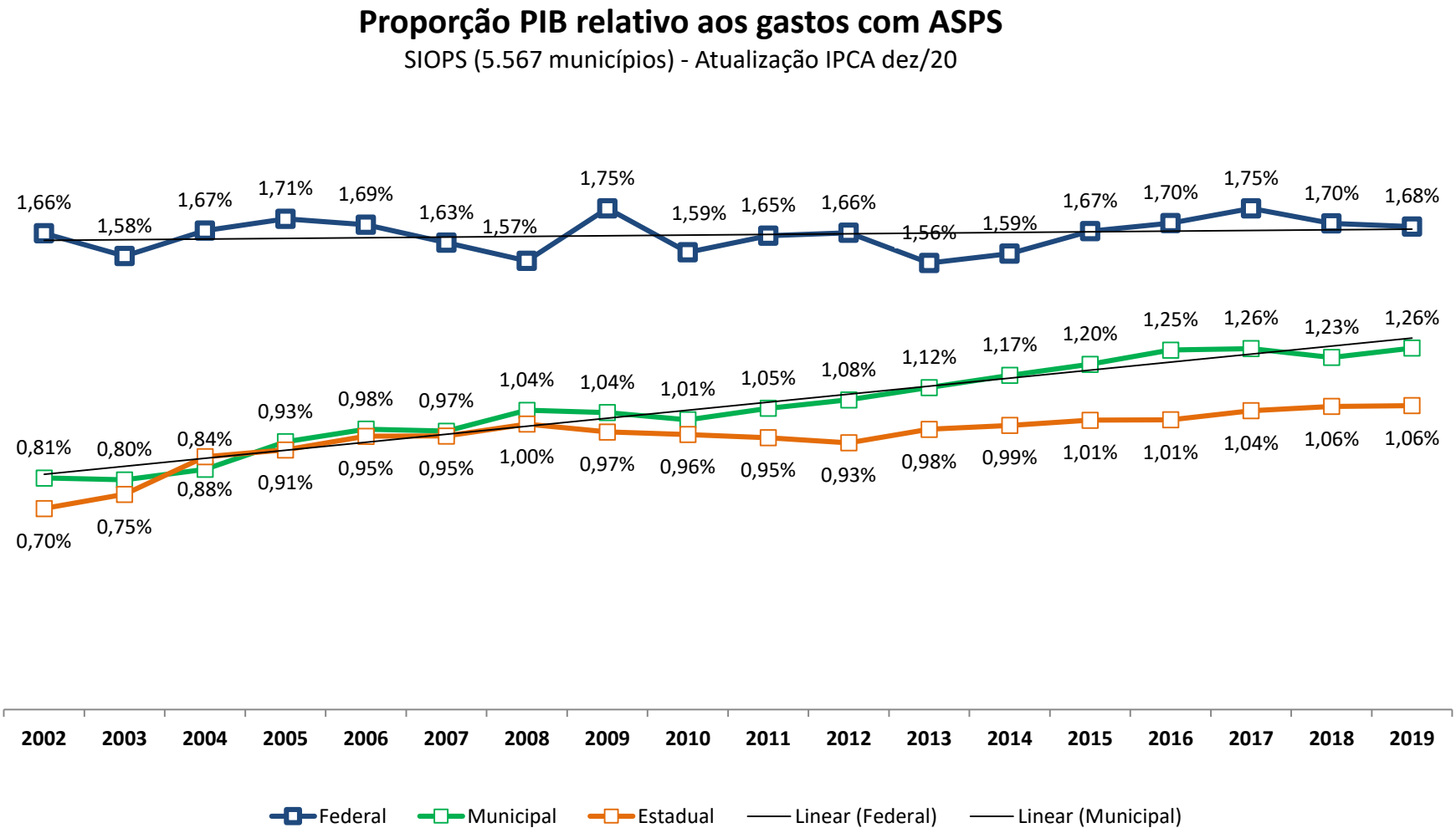
Variação % PIB - RCL - IPCA



FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

PIB vs ASPS



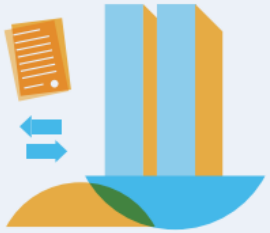
CONASEMS

Quanto você quer e para que?

CONASEMS

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA QUEM FAZ SAÚDE

PLANEJAMENTO



INTERFACE COM O PARLAMENTO

AÇÕES DE VIGILÂNCIA NO CONTROLE DAS ARBOVIROSES

REDES DE ATENÇÃO

MAIS MÉDICOS

REGIONALIZAÇÃO

GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

ECONOMIA DA SAÚDE

JUDICIALIZAÇÃO

SAÚDE MENTAL

ATENÇÃO BÁSICA

INFORMAÇÃO EM SAUDE

Coronavírus
COVID-19

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

LEI COMPLEMENTAR Nº 142/2012

Movimentação dos Recursos
UNIÃO

Art. 17. O rateio dos recursos da União vinculados a ações e serviços públicos de saúde e repassados ao Distrito Federal e aos Municípios observará as necessidades de saúde da população, as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica, espacial e de capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde e, ainda, o disposto no art. 35 da Lei nº 8.080.

§ 1º O Ministério da Saúde definirá e publicará, anualmente, utilizando metodologia pactuada na comissão intergestores tripartite e aprovada pelo CNS, os montantes a serem transferidos a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município para custeio das ações e serviços públicos de saúde.

§ 2º Os recursos destinados a investimentos terão sua programação realizada anualmente e, em sua alocação, serão considerados prioritariamente critérios que visem a reduzir as desigualdades na oferta de ações e serviços públicos de saúde e garantir a integralidade da atenção à saúde.

Fragmentos LC 142/2012

FINANCIAMENTO SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL
DESAFIOS

CONASEMS

LEI COMPLEMENTAR Nº 142/2012

Movimentação dos Recursos
ESTADOS

Art. 19. O rateio dos recursos dos Estados transferidos aos Municípios para ações e serviços públicos de saúde será realizado segundo o critério de necessidades de saúde da população e levará em consideração as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica e espacial e a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde, observada a **necessidade de reduzir as desigualdades regionais**.

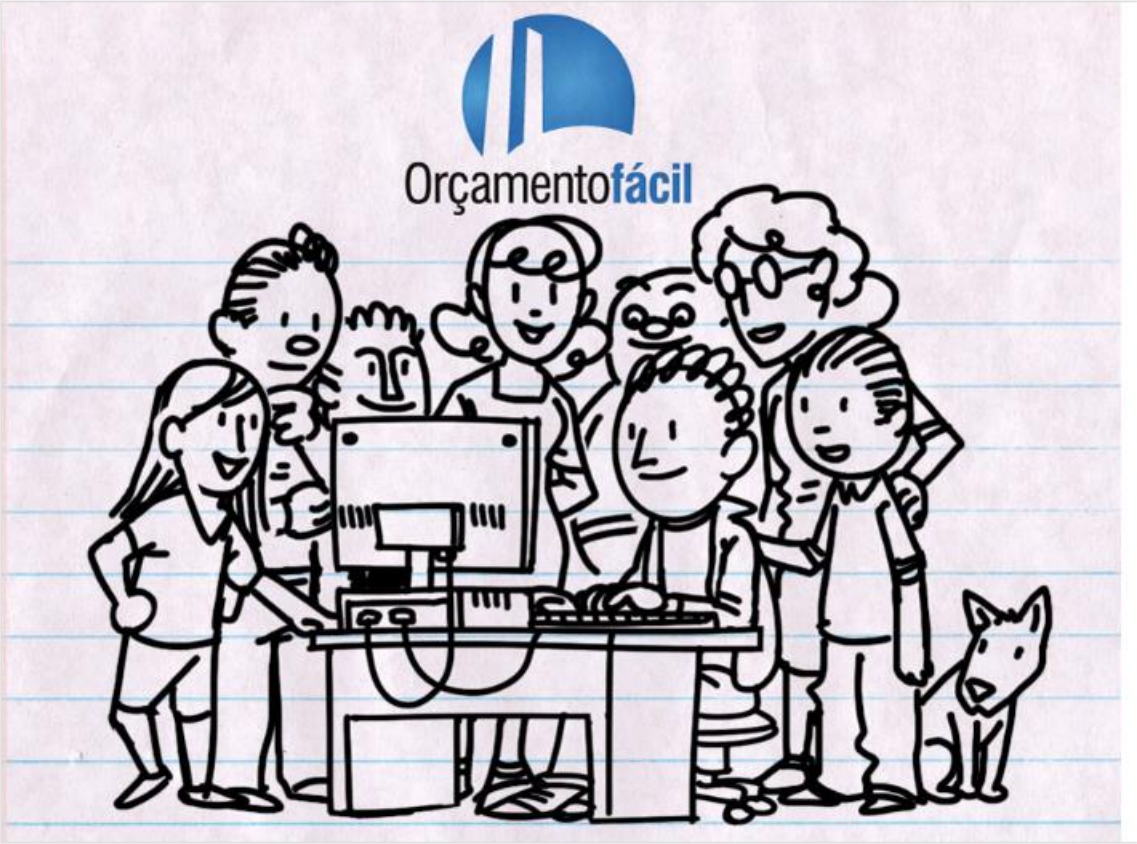
§ 1o Os Planos Estaduais de Saúde deverão explicitar a metodologia de alocação dos recursos estaduais e a previsão anual de recursos aos Municípios, pactuadas pelos gestores estaduais e municipais, em comissão intergestores bipartite, e aprovadas pelo Conselho Estadual de Saúde.

Art. 21. Os Estados e os Municípios que estabelecerem consórcios ou outras formas legais de cooperativismo, para a execução conjunta de ações e serviços de saúde e cumprimento da **diretriz constitucional de regionalização e hierarquização** da rede de serviços, poderão remanejar entre si parcelas dos recursos dos Fundos de Saúde derivadas tanto de receitas próprias como de transferências obrigatórias, que serão administradas segundo modalidade gerencial pactuada pelos entes envolvidos.

Fragmentos LC 142/2012

2 - PLANEJAMENTO

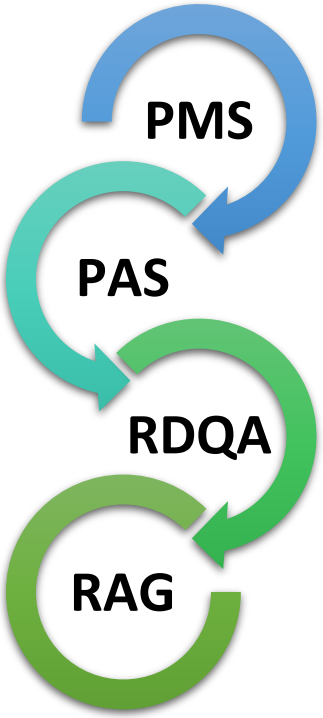
PLANEJAMENTO



https://www12.senado.leg.br/orcamentofacil

PLANEJAMENTO MUNICIPAL

INSTRUMENTOS



ESTES SÃO OS QUATRO PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DO PLANEJAMENTO DO SUS:

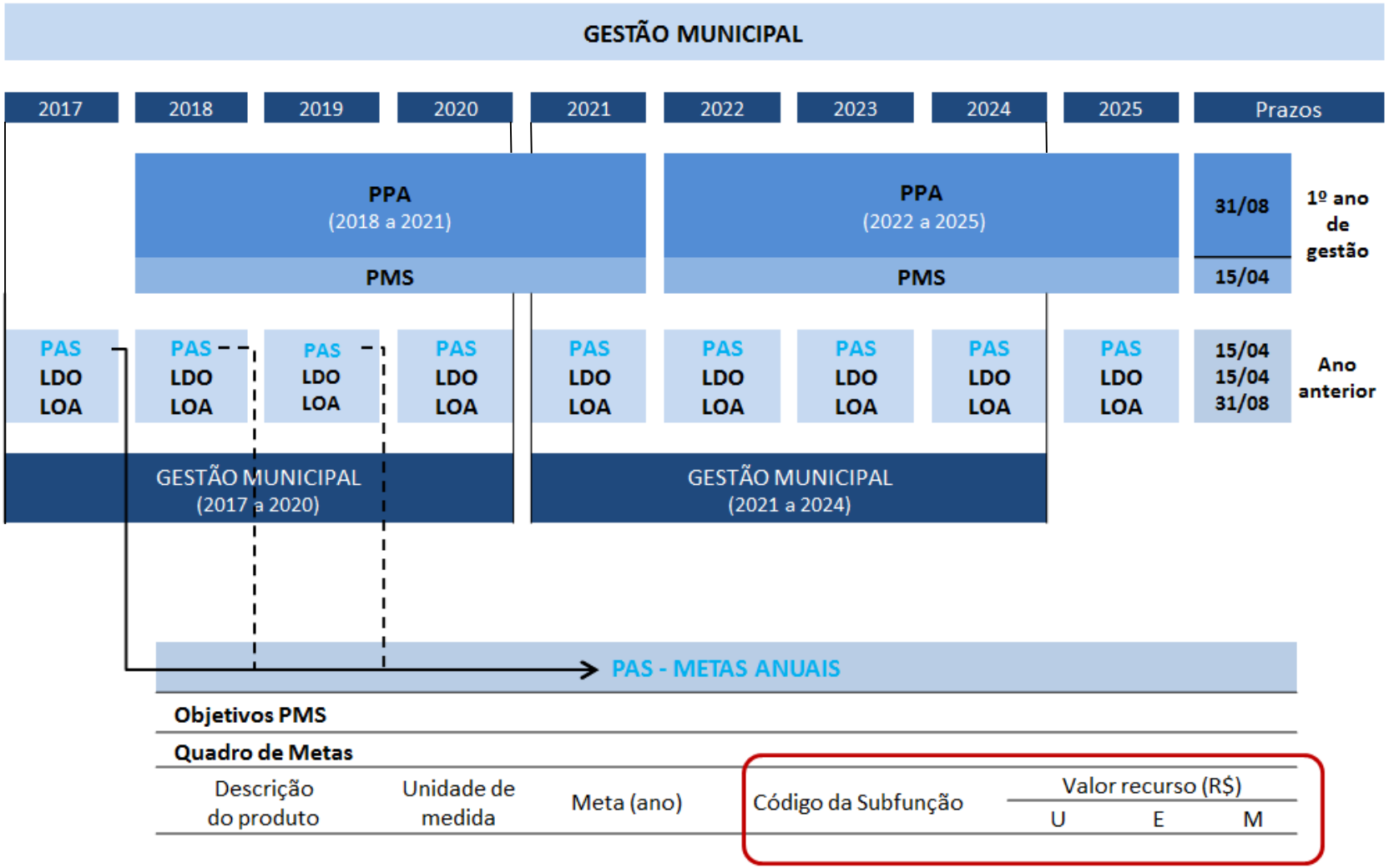
- PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE (PMS)
- PROGRAMAÇÃO ANUAL DA SAÚDE (PAS)
- RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG)
- RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR (RDQA)

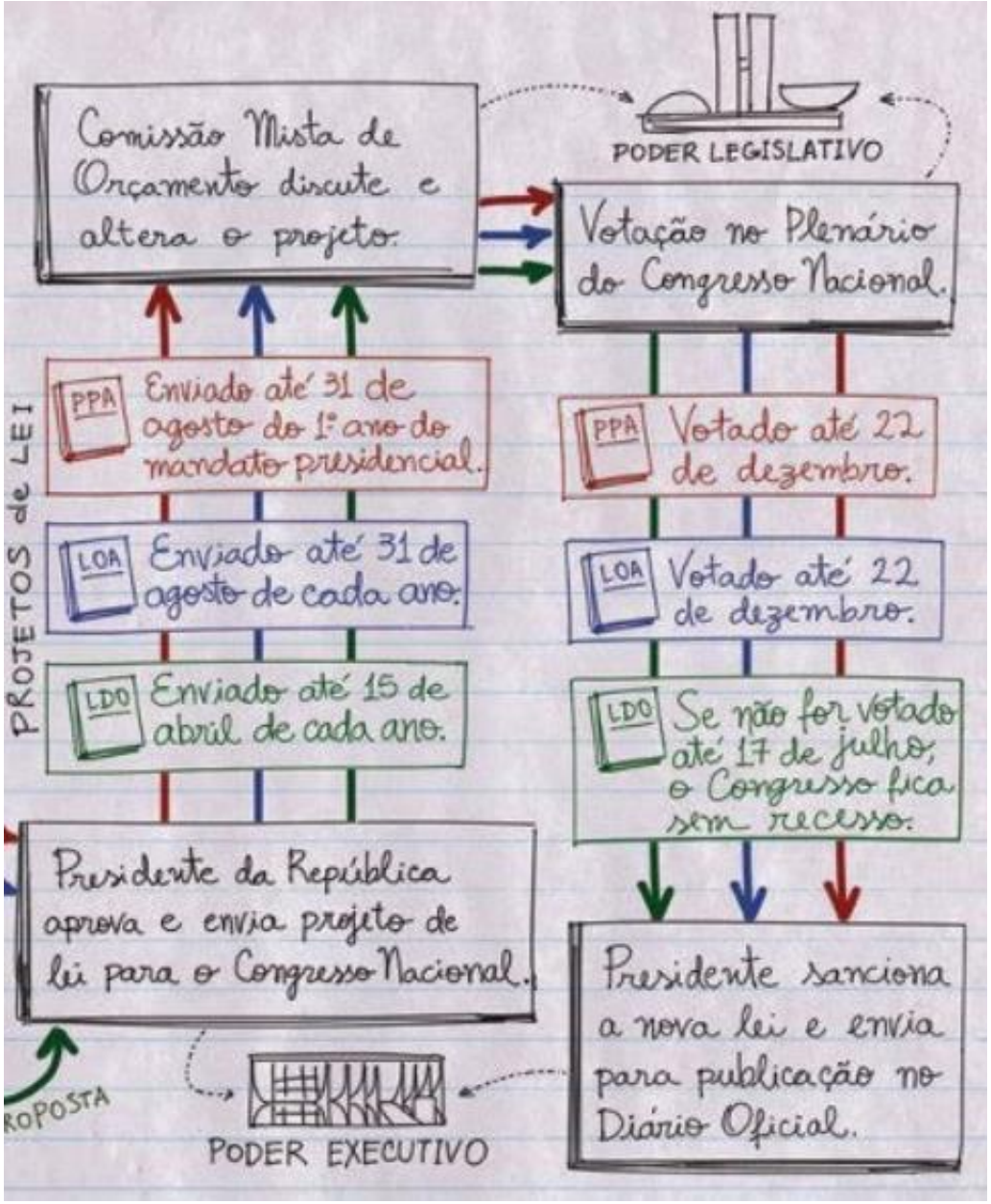
PLANEJAMENTO MUNICIPAL

INSTRUMENTOS

PLANEJAMENTO MUNICIPAL

COMPATIBILIZAÇÃO INSTRUMENTOS





CONASEMS

CALENDÁRIO DA UNIÃO

- ✓ PPA 31 agosto (1º ano)
- ✓ LDO 15 abril (cada ano)
- ✓ LOA 31 agosto (cada ano)

CF/ADCT Art. 35 § 2º

PLANEJAMENTO MUNICIPAL

DIGISUS GESTOR: PMS - PAS - RELATÓRIOSS

Bem-vindo ao Módulo Planejamento DigiSUS Gestor

PLANEJAMENTO MUNICIPAL

SIOPS

A cada bimestre, a partir dos dados informados no SIOPS, é gerado o RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária que comprova o cumprimento do percentual de gasto com ASPS

PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Conselho Saúde e Câmara Municipal - Prazos

ATIVIDADE

CONASEMS

EXERCÍCIO PRÁTICO – SIMULAÇÃO DIAGNOSTICO

SEU MUNICÍPIO

Qual é o diagnóstico?
Qual é o plano?

O que tem a ofertar para Região?
O que tem a demandar para Região?

MANUAL DO GESTOR - CONASEMS

Atividade	Descrição	Sujeitos sociais participantes	Produto Esperado
Oficinas do Grupo de Trabalho do Plano de gestão	*Análise situacional da saúde e debate sobre prioridades, metas e objetivos. Proposta de PMS.*	*- Equipe de gestão.*	*- análise do plano de governo para saúde apresentada nas últimas eleições;* *- Levantamento dos dados referentes ao diagnóstico do PMS;* *- Identificação de prioridades, metas e objetivos;* *- Elaboração de indicadores para o monitoramento;* *- Sistematização dos componentes do plano e elaboração de proposta de PMS.*

PLANEJAMENTO MUNICIPAL

COMO FAZER?

CONASEMS

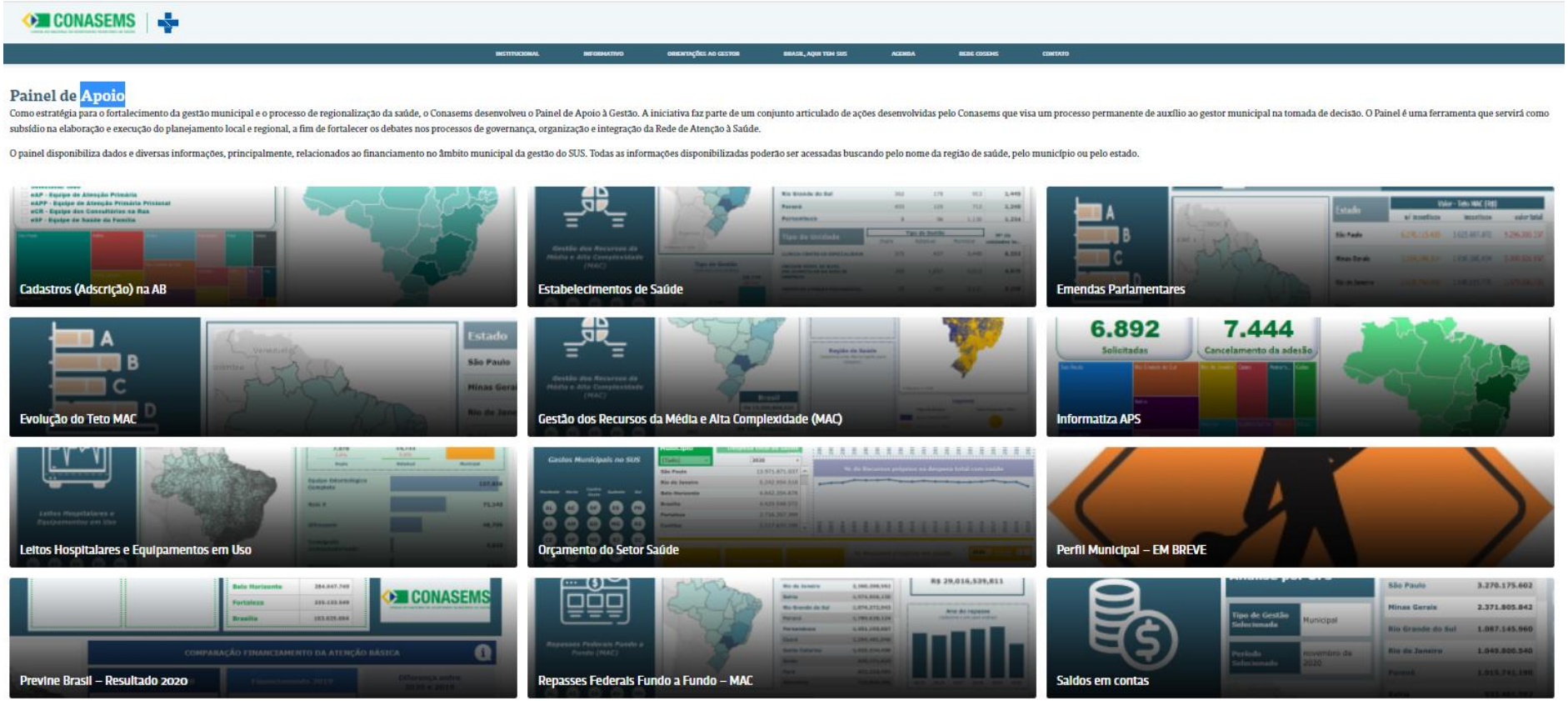
MANUAL DO GESTOR - CONASEMS

Atividade	Descrição	Sujeitos sociais participantes	Produto Esperado
Reuniões com Prefeito e equipe	*Definição das prioridades e metas para a saúde no quadriênio no âmbito do governo. Análise da viabilidade do plano.*	*- Secretária de Saúde e sua equipe dirigente SMS;* *- Prefeito e sua equipe.*	*- Identificação de prioridades, metas e objetivos;* *- Análise de viabilidade política e orçamentária da proposta de PMS.*
Oficinas do CMS de Céu Azul[14]	*Discussão e sistematização das propostas do PMS.*	*- Equipe de gestão;* *- CMS.*	*- Proposta de PMS.*
Reunião do CMS	*Avaliação e aprovação do PMS pelo CMS.*	*- Equipe de gestão;* *- CMS.*	*- Aprovação do PMS.*

PLANEJAMENTO MUNICIPAL
COMO FAZER?

CONASEMS

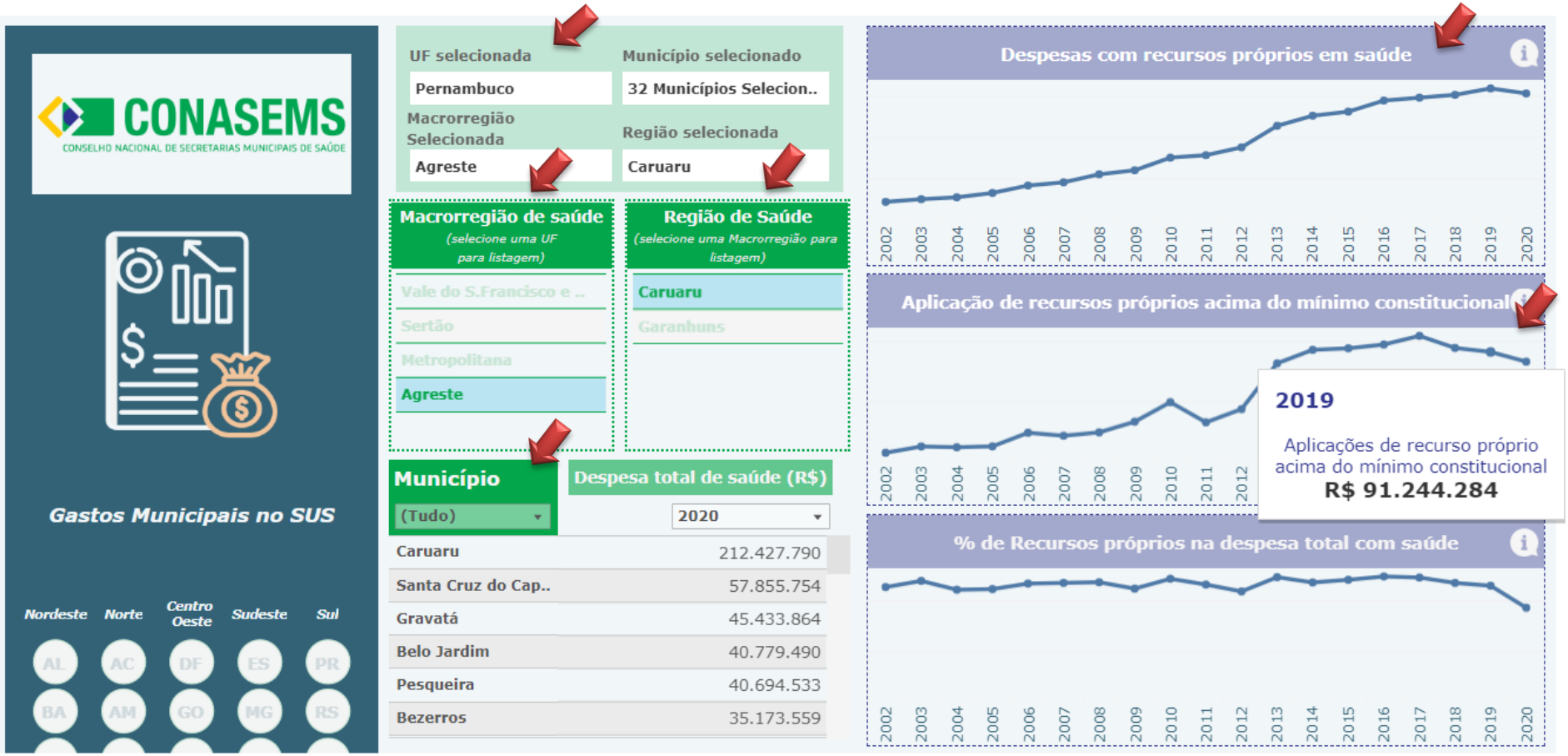
PAINEL DE APOIO AO GESTOR CONASEMS



Diagnóstico situacional

Painel de Apoio

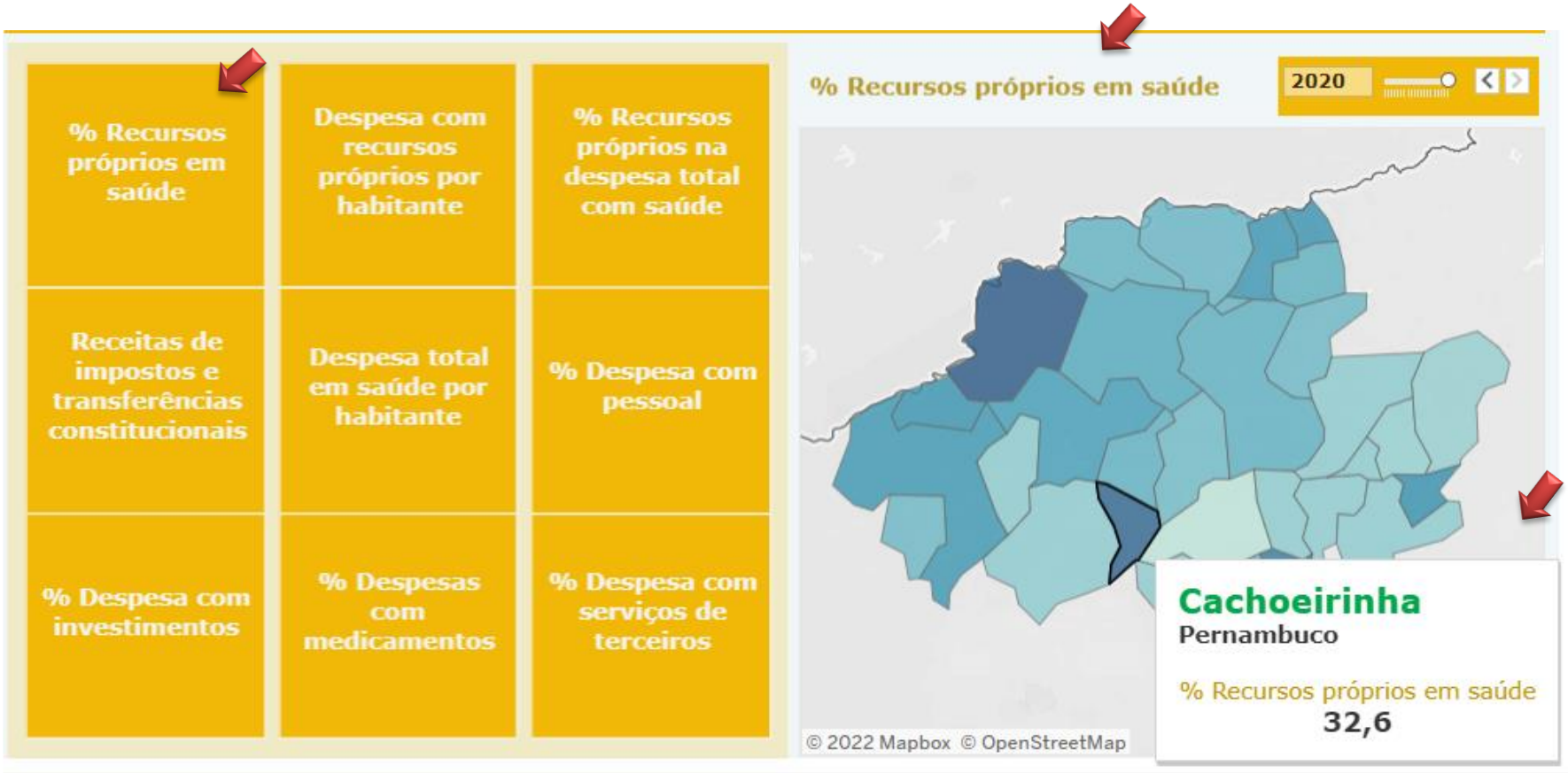
Orçamento do Setor Saúde



Diagnóstico situacional

Painel de Apoio

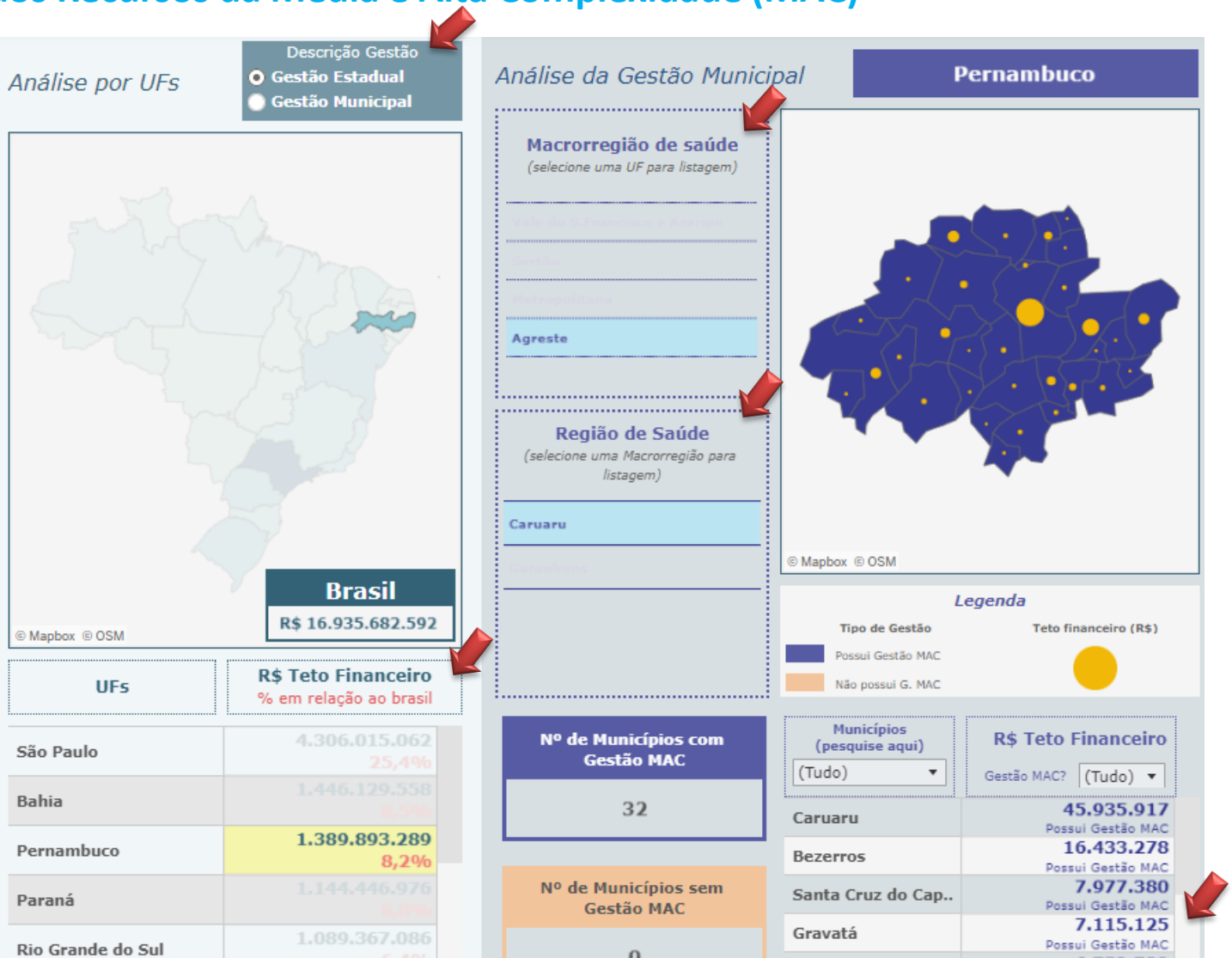
Orçamento do Setor Saúde



Diagnóstico situacional

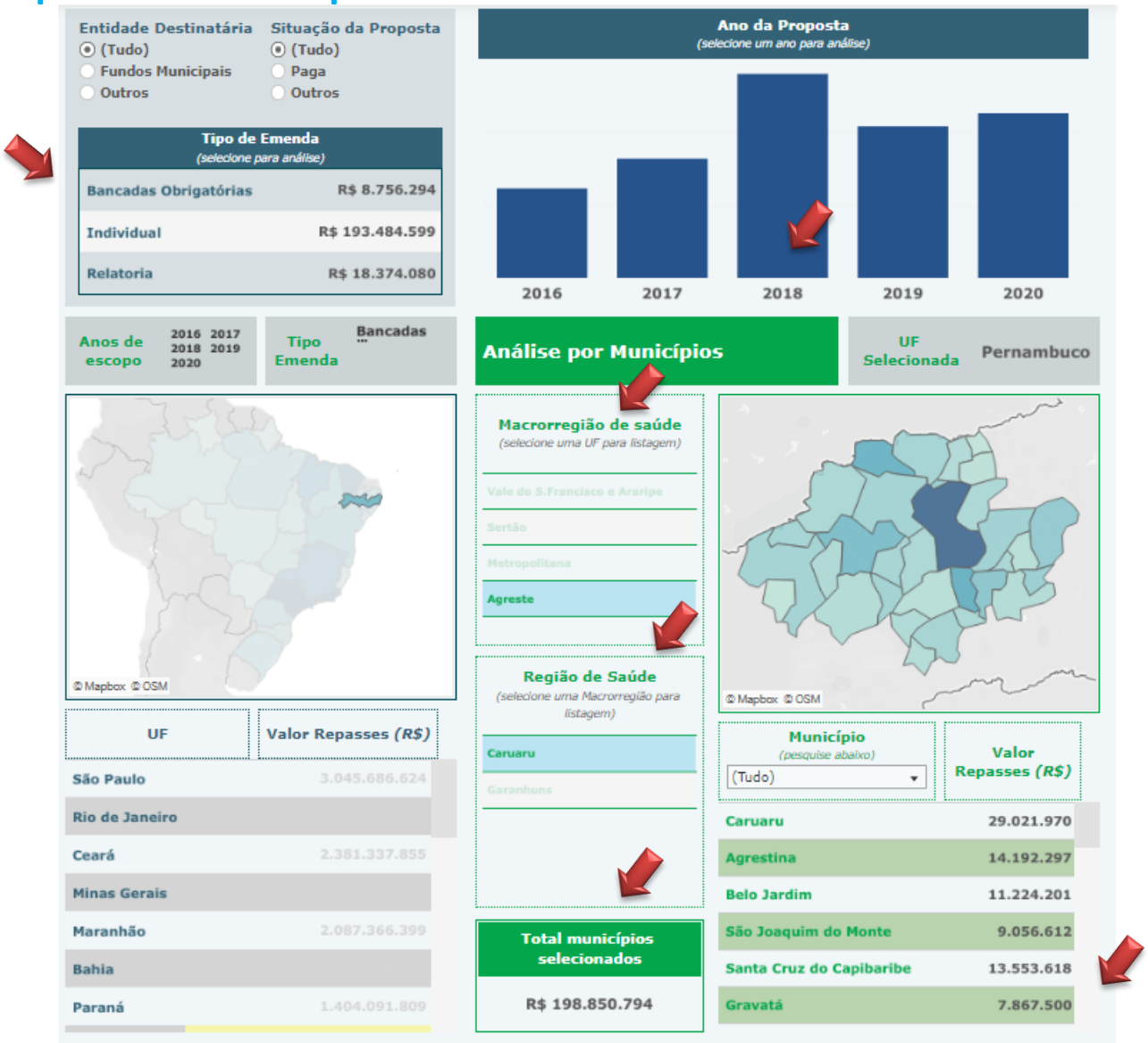
Painel de Apoio

Gestão dos Recursos da Média e Alta Complexidade (MAC)



Diagnóstico situacional

Painel de Apoio - Emendas parlamentares



Diagnóstico situacional

Painel de Apoio - Emendas parlamentares

Situação da Proposta (R$)

(selecione para análise)

Proposta Paga	178.194.886
Proposta Favorável aguardando Classificação Orçamentária	10.324.580
Proposta em análise de Pagamento	2.407.414
Proposta Empenhada aguardando Formalização	1.724.824

Objeto da proposta (R$)

(selecione para análise)

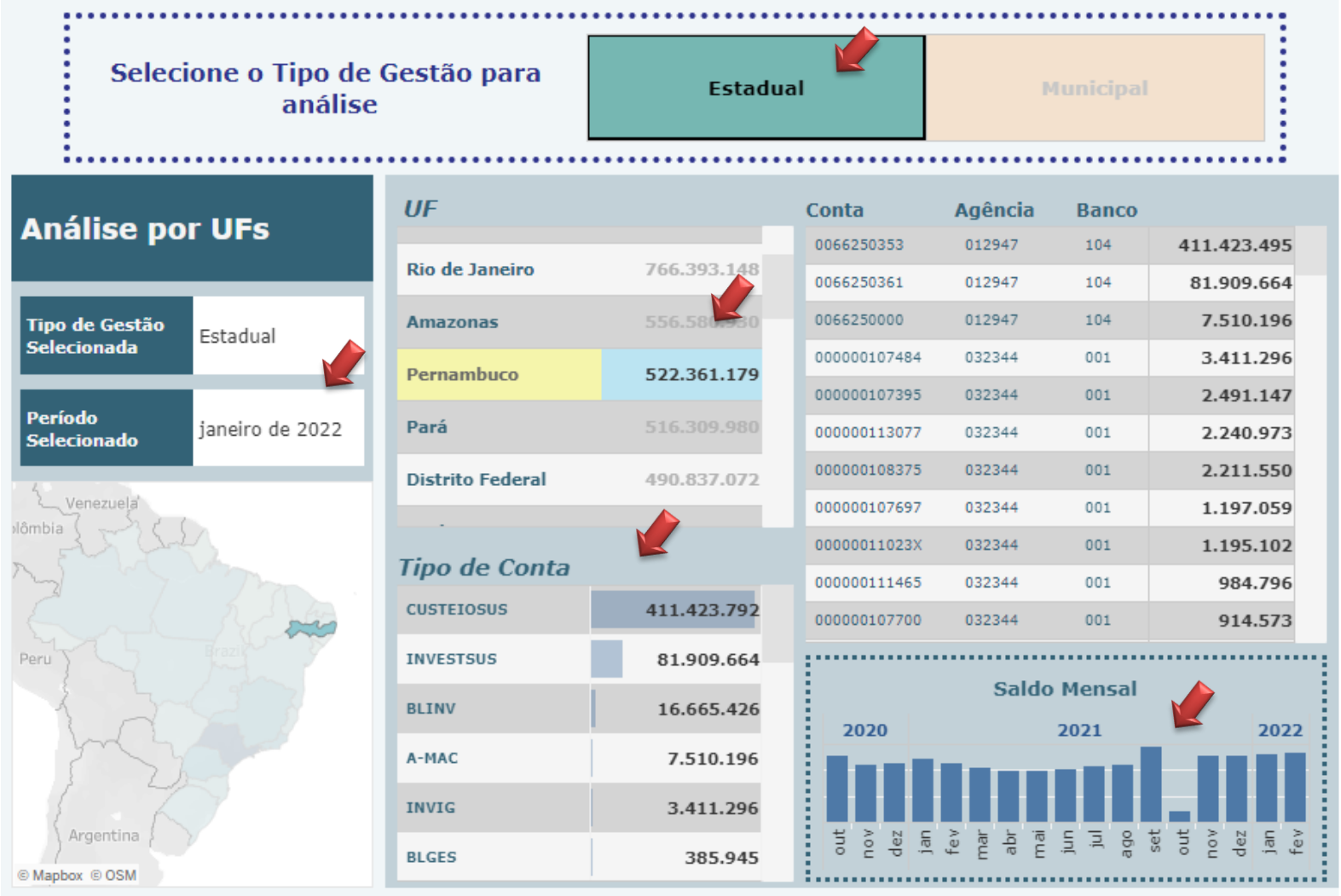
INCREMENTO PAB	78.718.591
EQUIPAMENTO	53.217.600
INCREMENTO MAC	51.003.464
UBS	7.756.000
COVID-19	3.895.000

Nº da Proposta	Data Portaria (Tudo)	Destinação da Emenda	Situação da Proposta	Data da situação (Tudo)	Valor da Emenda (R$)
08470.3420001/16-004	11/05/2016	EQUIPAMENTO	Proposta Paga	22/11/2016	370.000
08470.3420001/17-001	Nulo	EQUIPAMENTO	Proposta Favorável aguardando Classificaçã..	Nulo	180.000
08470.3420001/17-002	Nulo	EQUIPAMENTO	Proposta Favorável aguardando Classificaçã..	Nulo	60.864
08470.3420001/17-004	13/09/2017	EQUIPAMENTO	Proposta Paga	21/03/2018	100.000
08470.3420001/18-014	17/08/2018	EQUIPAMENTO	Proposta Paga	05/04/2019	124.000
08470.3420001/18-015	23/04/2018	EQUIPAMENTO	Proposta Paga	05/08/2019	74.920
08470.3420001/18-016	18/04/2018	EQUIPAMENTO	Proposta Paga	05/08/2019	400.000
08470.3420001/19-007	25/11/2019	EQUIPAMENTO	Proposta Paga	03/01/2020	90.000
08470.3420001/19-008	08/11/2019	EQUIPAMENTO	Proposta Paga	03/01/2020	250.000
08470.3420001/19-009	08/11/2019	EQUIPAMENTO	Proposta Paga	15/01/2020	19.99[illegible]

tableau

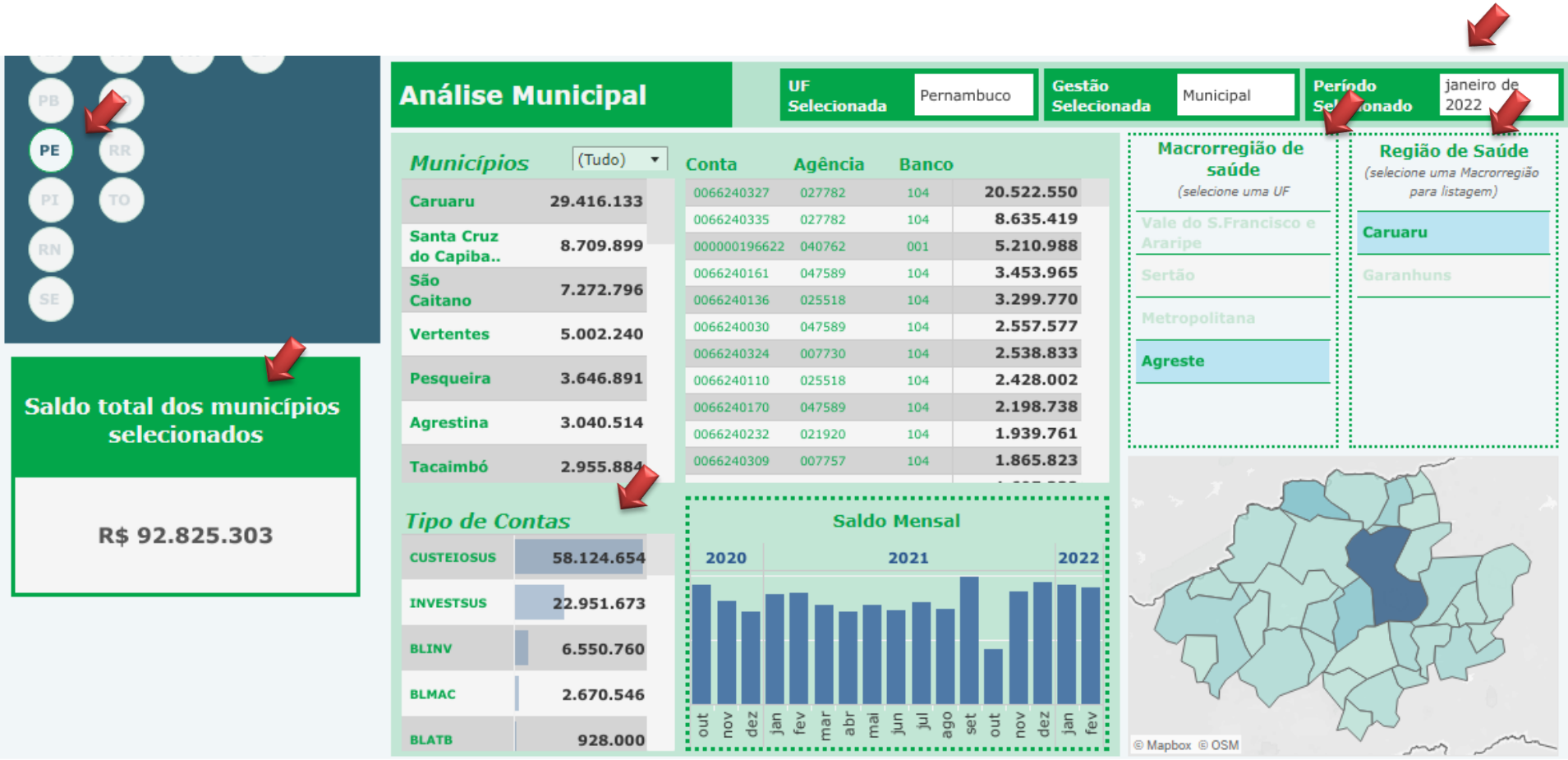
Diagnóstico situacional

Painel de Apoio - Saldos



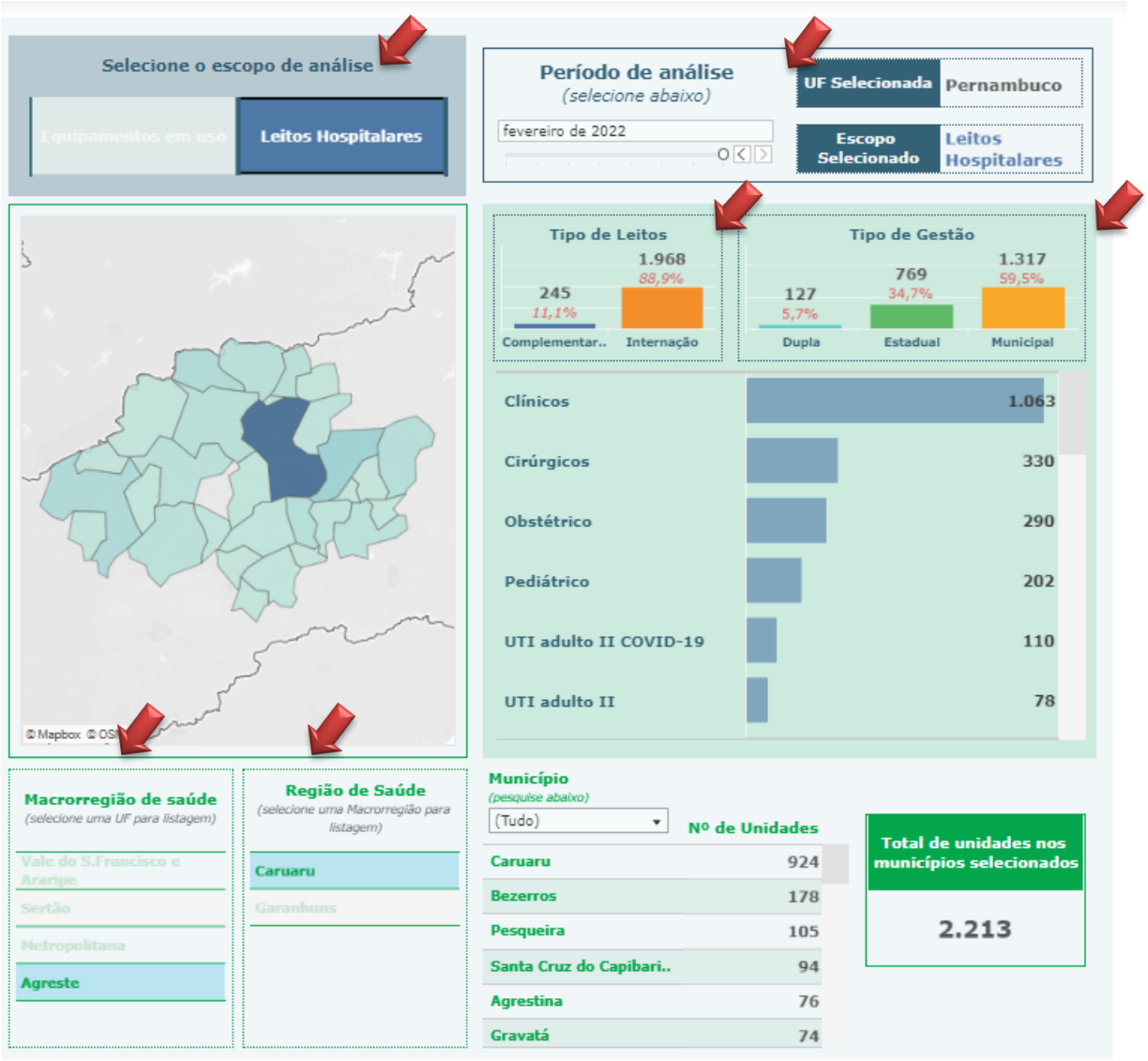
Diagnóstico situacional

Painel de Apoio - Saldos



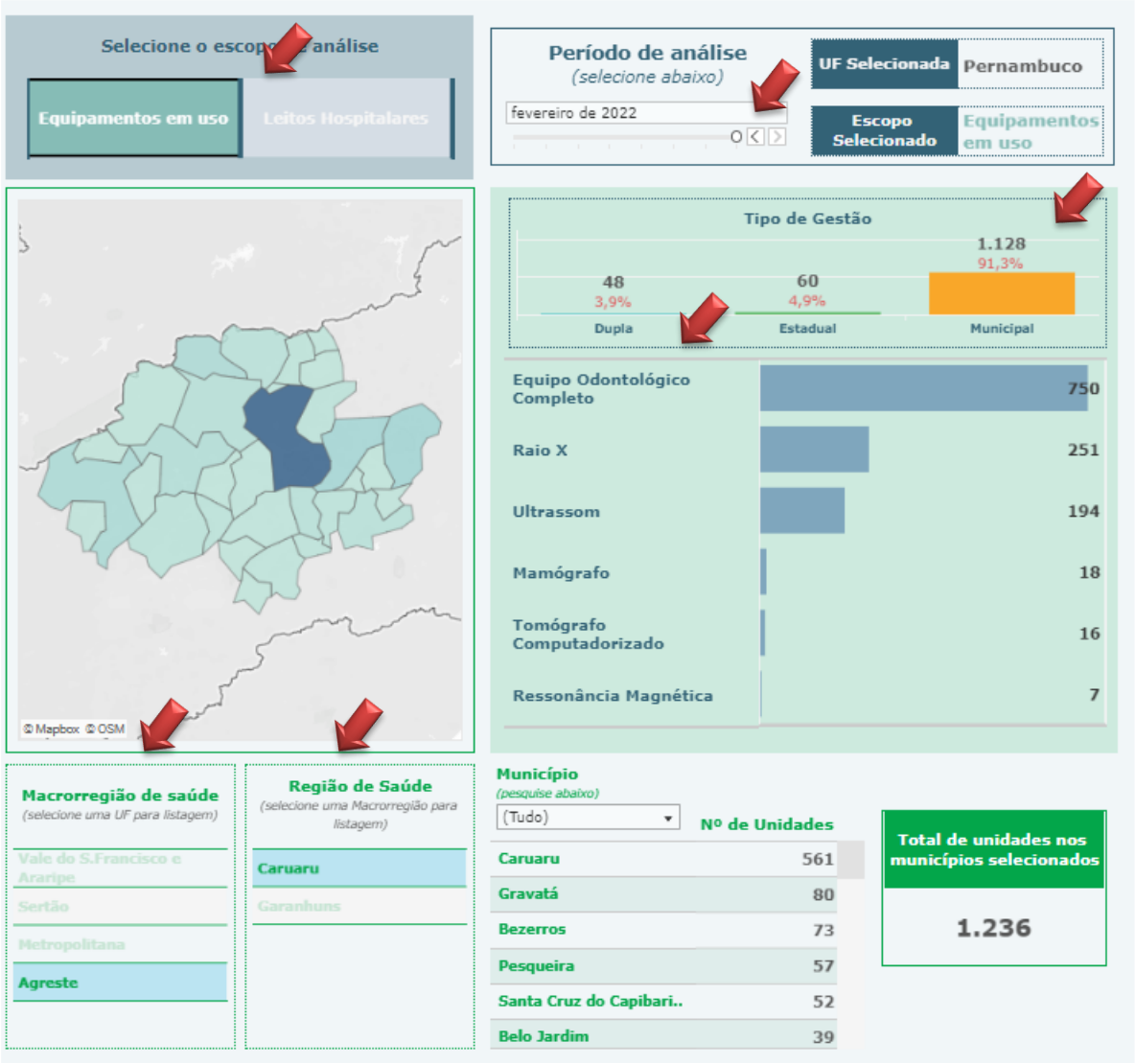
Diagnóstico situacional

Painel de Apoio - Capacidade instalada



Diagnóstico situacional

Painel de Apoio - Capacidade instalada



ATIVIDADE

CONASEMS

EXERCÍCIO PRÁTICO – SIMULAÇÃO DIAGNOSTICO

SEU MUNICÍPIO

Qual é o diagnóstico?
Qual é o plano?

O que tem a ofertar para Região?
O que tem a demandar para Região?

3 a 5 itens de respostas para cada pergunta

3. PLANEJAMENTO

Palestrante:
Roberta Amorim
chefe da Seção de Apoio Institucional
e Articulação Federativa - SEINSF/SEMS/PE

Análises dos PMS/PE

4. PLANEJAMENTO REGIONAL

DESAFIOS

PLANEJAMENTO ASCENDENTE

PLANEJAMENTO MUNICIPAL

INSTRUMENTOS

O QUE QUEREMOS
PLANEJAMENTO REGIONAL INTEGRADO

Planejamento / Execução / Avaliação

Plano Municipal Estadual de saúde

Diretrizes conferências

Plano de governo

Necessidades de saúde

Atenção à saúde

Recursos financeiros, humanos e físicos

Articulação regional

Prioridades sanitárias

RAS

Pactuação, Articulação regional e Elaboração PRI

Secretários - CIB
Cosems/MS
Apoiadores

Gestão

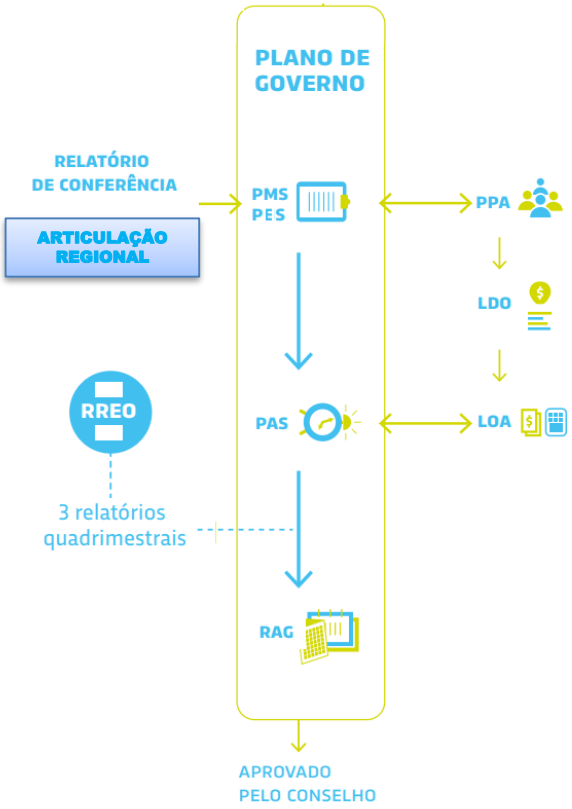
Repasses federais

Saldo

Rede assistencial

Emendas parlamentares

Indicadores



Desempenho politicas públicas

Avalição de Desempenho

Avalição metas alcançadas

Visibilidade

Monitoramento

Fiscalização

Avaliação

Controle

Renovação ciclo

Quadrimestral
REREO (M/E/U)
PPA

Anual
PMS – PES
PRI
LDO (M/E/U)
LOA (M/E/U)
PAS (M/E/U)
RAG (M/E/U)
Critério Rateio

COMO PODE SER INICIADO

PRIMEIROS PASSOS PARA FINANCIAMENTO DA REGIÃO DE SAÚDE

Recursos físicos / financeiros

Levantamento da Capacidade instalada e dos recursos financeiros disponíveis, segundo produções e memórias de cálculos provenientes:

1. Repasses União
2. Repasses Estados
3. Recursos Municípios

Pactuação e Articulação regional

Definições:

1. Total de procedimentos necessários
2. Recursos totais necessários
3. Custos regionais
4. Cotas de utilização da rede para cada ente
5. Cotas de financiamento de responsabilidade de cada ente

Desempenho politicas públicas

1. Monitorar
2. Avaliar
3. Controlar
4. Avaliar desempenho
5. Avaliar metas alcançadas

Repactuações

Anual

PMS – PES

PRI

LDO (M/E/U)

LOA (M/E/U)

PAS (M/E/U)

RAG (M/E/U)

CONASEMS

Você está preparado para cooperar?

ATIVIDADE

CONASEMS

EXERCÍCIO PRÁTICO – SIMULAÇÃO NEGOCIAÇÃO REGIONAL

SEU MUNICÍPIO

Na negociação da Região de Saúde

Ofertas
Demandas

CONASEMS

PROGRAMAÇÃO

SEMINÁRIO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO NO COTIDIANO DA GESTÃO MUNICIPAL

10.05.2022 / das 9h às 17h / Sala Rosa

GRAVATÁ
10 a 12 de maio 2022

Daniel Faleiros
Assessor Técnico
Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde